

Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)

Mário Jorge Barroca*

ABSTRACT:

The author characterizes the time when the first castles were built in the North of Portugal during the last three decades of the 9th century (circa 870-900) and correlates this event to the Christian conquest process. The earliness of this process in the valley of river Douro is emphasized and the major evolution of the “*encastelamento*” (*castle building*) in the North of Portugal is presented, with identification of the 50 castles documented until the year 1000. Two major groups of military structures are identified: castles built by the Counts and castles built by the local communities. The author also characterizes the military process of the “*Reconquista*” (*reconquest*): first the progress up to river Mondego and the formation of the County of Coimbra (878); then the campaigns of al-Mansur and the Christian retreat to river Douro (986-997); finally, the definitive conquest of the Beiras (1057-1058) and Coimbra (1064). At last, the Author describes the new territorial organization of *Terrae*, due to Fernando Magno, which had crucial importance in the development of the Romanesque castles.

O presente texto serviu de base a uma comunicação que apresentámos ao Seminário “*Poblamiento Rural en el Norte de la Península Ibérica (Siglos V-X). Continuidades, rupturas, transformaciones*”, que, coordenado pelos Professores Doutores Angel Fuentes e Jorge Lopez Quiroga, decorreu na Casa de Velázquez, em Madrid, em 22 e 23 de Fevereiro de 1999. Como as Actas do Seminário continuam, infelizmente, a aguardar edição, e como, mesmo depois de elas saírem dos prelos, a sua divulgação em Portugal será certamente escassa, optamos por publicar aqui o texto do contributo apresentado a esse encontro. O tema que então tratámos foi, aparentemente, um pouco marginal à temática desse encontro, centrada no estudo dos problemas do povoamento rural no Norte da Península Ibérica entre os Séc. V e X. Entendeu a organização deste Encontro que o nosso contributo poderia ser interessante, e por isso gostaríamos de deixar expresso o nosso reconhecimento pelo amável convite que nos foi endereçado para participar nessa reunião científica. É evidente, de resto, que uma correcta compreensão do povoamento rural na fase final destas centúrias deverá passar pelo entendimento das estruturas fortificadas que

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564 PORTO.

asseguraram, a cada momento, a estabilidade necessária à fixação das comunidades humanas numa determinada zona.

O primeiro problema que se coloca nos estudos de Castelologia Medieval é, naturalmente, definir o momento em que surgem os primeiros castelos. Durante muito tempo as necessidades de defesa foram suplantadas pelo recurso à fortificação dos povoados. Aconteceu assim desde a Idade do Bronze e do Ferro, quando os povoados se rodearam de espessos sistemas muralhados, e foi esta a opção pelo menos até à Alta Idade Média. A Crónica de Idácio, magnífico testemunho dos conturbados tempos vividos nos Séc. IV-V, revela-nos como era sistemática a opção pelos povoados fortificados. Efectivamente, nesta Crónica, que relata eventos ocorridos entre os anos de 379 e 469, encontramos diversas referências a povoados defendidos por muralhas, designados genericamente por *oppida*. Encontramos, igualmente, diversas referências a cidades, herdadas do período romano. Mas não encontramos uma única referência explícita a um castelo. A leitura de Idácio revela-nos, ainda, uma sociedade etnicamente dividida, com uma fixação territorial diferenciada, tendo as populações hispânicas conseguido preservar na sua posse as mais importantes cidades enquanto que os povos germânicos se viram obrigados a optar por uma implantação essencialmente rural. Idácio é explícito quando se refere aos “... hispânicos, espalhados pelas cidades e ópidos ...” e aos “... Bárbaros, dominadores das províncias ...” (HYDACE: I, § 49, pp. 117-119). O relacionamento entre invasores e invadidos foi quase sempre problemático. Ao longo da Crónica, de uma forma cíclica, afloram conflitos entre suevos e hispano-romanos, com os primeiros a atacar e pilhar as cidades ou os povoados fortificados detidos pelos segundos. No entanto, ao longo destes noventa anos, tão conturbados e tão ricos em eventos militares, não encontramos nenhuma referência explícita a um castelo.

Podemos, por isso, dizer sem qualquer receio que o castelo, na acepção restrita do termo - isto é, enquanto *estrutura amuralhada rodeando um pequeno pátio, servindo de abrigo a uma guarnição militar que tem por missão velar pela segurança de um território mais vasto* - foi uma invenção dos tempos medievais e, particularmente, da Reconquista. Deles não encontramos traços, nem documentais nem arqueológicos, antes da Invasão Muçulmana de 711, mas já temos notícias seguras a partir das primeiras presúrias de Afonso III das Astúrias (866-910). Procuremos caracterizar melhor o momento onde aparecem os primeiros castelos no espaço actualmente português.

Nos meados do Séc. IX, a fronteira cristã estava, na zona ocidental da Península, posicionada no vale do rio Minho, que fora alcançado com a presúria de Tuy, por Afonso Betotes, em 854. Quando Afonso III das Astúrias subiu ao trono, em 866, a fronteira cristã continuava posicionada neste vale. No entanto, pouco depois inaugura-se uma fase particularmente dinâmica do ponto de vista militar, que aproveita uma conjuntura favorável para as forças cristãs. Em 868 dava-se a presúria de *Portucale*, por Vímara Peres, e com ela a fronteira avançava até à margem direita do rio Douro. A presúria do Porto ficou memorizada no *Chronicon Laurbanense*, um dos registos analísticos que chegou até aos nossos dias, facto que espelha a importância do evento: “*Era DCCCCVI Prenditus est Portucale ad Vimara Petri.*” (PMH, Script.: p. 20).

O Conde Vímara Peres morreria em 873, cinco anos depois da presúria do Porto: “*Era DCCCCXII^o. venit rex Adefonsus in Vama (sic) et in VI^o die Vimara mortuus est.*” (PMH, Script.: p. 20). Mas as consequências da sua actuação prolongaram-se muito para além desta data. A partir de *Portucale* deu-se a reorganização de todo o território de Entre-Douro-e-Minho: o repovoamento de Braga, a partir de 870 (onde o próprio Vímara Peres teve intervenção directa, figurando no diploma que estabelece os limites de Braga - LF 16); a fundação de Guimarães (vila que surge a partir da quintã condal de Vímara Peres, referida desde 879); e com a presúria de outros lugares mais modestos. De algumas dessas presúrias chegaram-nos notícias documentais, como é o caso da presúria de Negrelos (hoje S. Miguel do Paraíso, conc. de Guimarães), realizada por Lucídio Vimaranes, o filho de Vímara Peres (PMH, DC 5, de 870), ou da presúria de Lardosa (lugar da freg. de Rans, conc. de Penafiel), realizada por Muzara e Zamora, dois moçárabes certamente vindos de Sul (PMH, DC 9, de 882).

Quatro anos mais tarde, em 872, o Conde Odoário presuriava a cidade de Chaves, no alto Tâmega, e, a partir deste ponto, dava-se início ao processo de repovoamento da zona Norte de Trás-os-Montes, em torno dos férteis terrenos da veiga de Chaves. O protagonismo de Odoário chegou até nós graças a uma notícia redigida um século mais tarde, encerrada numa doação de 982 onde se regista que o conde, “*digno bellatori*”, ergueu vicos e castelos, amuralhou cidades e povoou vilas:

“... *data est terra ad populandum illustrissimo viro domno Odoario digno bellatori, in Era DCCCCX, a principe serenissimo domno Adefonso, qui venit in civitate Flavias, secus fluvium Tamice, vicos et castella erexit, et civitates munivit, et villas populavit, atque eas certis limitibus firmavit, et terminis certis locavit, et inter utrosque habitantes divisit ...*” (BARRAU-DIHIGO 1989: p. 172; AZEVEDO L. G. 1939: II, p. 88)¹.

Julgamos que o Castro da Curalha (freg. da Curalha, conc. de Chaves) poderá ser exemplo de um desses povoados que Odoário “ergueu” no Alto Tâmega, depois de ter assumido o controle de Chaves. Este povoado, que Santos Júnior escavou ao longo de vários anos², revelou abundante espólio associado a estruturas habitacionais e a um urbanismo claramente medieval. Na realidade, ao invés do que entendia Santos Júnior, que sempre classificou a Curalha como um simples povoado castrejo, parece-nos evidente que se trata antes de um povoado mediévico. As suas casas, adoptando sistematicamente plantas rectangulares, com ângulos rectos, adossam-se umas às outras, erguendo-se comprimidas num espaço reduzido, e encostam-se à muralha, tudo opções evitadas em povoados castrejos. Por seu turno, o espólio exumado é na sua maioria tardio, compreendendo materiais tardo-romanos e altimedievicos, como sigillatas claras e estampadas, e um conjunto muito importante de materiais medievais, da Reconquista, onde se contam as cerâmicas cinzentas ornamentadas com cordões plásticos com dedadas, incisões e outras gramáticas decorativas tipicamente medievais. Acrescentemos, finalmente, que o Castro da Curalha ainda se encontra documentado em [1169-1175] (LF, 503). Todos estes dados revelam que o Castro da Curalha teve uma reocupação tardia, da Reconquista, que foi a responsável pelo seu urbanismo, sendo desta forma um testemunho da reorganização do povoamento da zona da *civitas* de Chaves, processo encetado por Odoário a partir de 872.

Seis anos mais tarde, em 878, era a vez do Conde D. Hermenegildo presuriar, ainda em nome de Afonso III, a cidade de Coimbra, na margem Norte do rio Mondego:

“... *Era DCCCXVI^a. prendita est Conimbria ad Ermenegildo Comite.*” (PMH, Script.: p. 20).

Na sequência desta reconquista outros pontos a Sul do Douro seriam igualmente repovoados por ordem de Afonso III. É o caso da *civitas* de Viseu, que as Crónicas *Rotensis* e *Ad Sebastianum*, declaram expressamente ter sido povoada por iniciativa daquele monarca asturiano:

“... *Rudis namque nostris temporibus quum civitas Viseo et suburbis eius iussum nostrum esset populatus.*” (CRÓN. AST.: pp. 122 e 123).

E o mesmo terá acontecido a Lamego, como se regista na Crónica *Albeldensia*, e cujo castelo está documentado na posse das forças cristãs em 952 (PMH, DC 65). O esforço militar de Afonso III foi, como se sabe, registado laudatoriamente nas crónicas asturianas, que, para a área hoje portuguesa, referem as conquistas de Porto, Anégia, Braga, Chaves, Lamego, Viseu e Coimbra³.

¹ A figura do Conde Odoário foi estudada por BALIÑAS PEREZ 1995: pp. 35-51.

² Sobre as escavações na Curalha veja-se SANTOS JÚNIOR 1980-85 e SANTOS JÚNIOR 1984. Para uma revisão actualizada da Curalha vd. TEIXEIRA 1996: pp. 77-78 e 167-168.

³ Na Crónica *Rotensis* refere-se a conquista de “... *Portugale, Anegiam, Bracaram metropolitanam, Viseo, Flavias ...*” - CRÓN. AST.: p. 132; na Crónica *Ad Sebastianum* são mencionados “*Portucalem, Bracaram metropolitanam, Viseo, Flavias ...*” - CRÓN. AST.: p. 133; na Crónica *Albeldensia* mencionam-se a conquista e povoamento de Coimbra (“... *Conimbriam ab inimicus possessam eremavit et Gallecis postea populavit ...*”) e depois o povoamento de Braga, Porto, Viseu e Lamego - CRÓN. AST.: pp. 176-177.

Este momento ímpar da Reconquista revela-se ainda mais notável quando comparado com a cronologia da fixação nos principais pontos do vale do Douro na zona leonesa: Zamora seria retomada em 893, Simancas em 899, Toro em 900, Burgo de Osma em 912. Ao fim de uma década de movimentações militares (868-878), a fronteira cristã tinha progredido perto de 200 km para Sul ao longo da fachada atlântica, passando do vale do rio Minho para o vale do Mondego e englobando pontos tão importantes como Montemor-o-Velho, Coimbra e Viseu. Mas, à medida que se avançava para o interior, a fronteira recuava: ela contornava o maciço da Serra da Estrela pela encosta Norte mas não devia ultrapassar o vale do Rio Côa para Leste. Acreditamos, mesmo, que a fronteira estaria estacionada neste alcandorado vale. Na realidade, a Ocidente do Côa encontramos uma série de castelos - como Trancoso, Sernancelhe, Longroiva, Numão, etc - que estavam na posse das forças cristãs no Séc. X. A Leste do Côa, pelo contrário, conhecemos alguns testemunhos muçulmanos para essa época e mesmo para fases mais avançadas (como é o caso da cisterna muçulmana de Castelo Rodrigo, com o seu arco ultrapassado quebrado, do Séc. X) (BARROCA 1999).

Deste modo, podemos dizer que, no território actualmente português, pouco depois de 878, a fronteira cristã estava posicionada ao longo do vale do Mondego, até alcançar o Côa, seguindo pelo curso deste rio até ao Douro. A reconquista de Zamora, ocorrida apenas em 893, 15 anos depois de Coimbra e 25 anos depois do Porto, confirma como o posicionamento da fronteira no vale do Douro leonês foi um processo mais moroso. Este vasto espaço do Entre-Douro-e-Mondego permaneceu na posse das forças cristãs durante mais de um século, até às investidas de al-Mansur nos finais do Séc. X, em 986, 987, 995 e 997, que trouxeram a fronteira cristã de novo até ao vale do Douro. É este primeiro domínio cristão, tão prolongado, que ajuda a explicar a presença de tantos testemunhos pré-românicos no Centro de Portugal, desde vestígios avulsos até templos moçárabes mais ou menos bem conservados (como os casos de S. Pedro de Balsemão, Prazo, S. Pedro do Sul, Viseu, Fráguas e S. Pedro de Lourosa)⁴.

É neste contexto político-militar que surgem as primeiras referências documentais a castelos no Noroeste de Portugal. Não sabemos se as populações autóctones já possuíam algumas estruturas defensivas erguidas antes da chegada dos presores de Afonso III (866-906). Se as tinham, a escassa documentação da época não o deixa transparecer. Mas pouco depois das primeiras presúrias assistimos ao aparecimento de referências documentais a estruturas castelares. Na realidade, a mais antiga notícia que se conhece para um castelo em Portugal remonta ao ano de 870. Na presúria da “*villa Negrelus*” (hoje S. Miguel do Paraíso, Guimarães) declara-se que esta vila está no “*territorio Bracharensis urbium Portugasensis ... subtus mons Caballus prope rivulum Have*” (PMH, DC 5). A expressão “*subtus mons*”, sob o monte, é muito característica da documentação medieval portuguesa e, como Carlos Alberto Ferreira de Almeida teve ensejo de demonstrar (ALMEIDA 1978: pp. 25-27; ALMEIDA 1992: pp. 382-383), não corresponde apenas a uma relação de dependência topográfica (que muitas vezes nem sequer existe), mas sobretudo a uma dependência de carácter administrativo e militar. O *Mons Caballus*, sob o qual se enquadrava a *villa* de Negrelos, corresponde hoje a N^a. S^a. do Monte (Cavalos, freg. Conde, conc. Guimarães) e era um desses primitivos castelos roqueiros. Encontra-se documentado desde 870 até, pelo menos, o ano de 1013 (PMH, DC 221) (ALMEIDA 1978: p. 35, N^o 53).

Pouco depois desta primeira referência seria a vez de, num documento de 875 relativo à Igreja de S. Martinho de Soalhães (Marco de Canaveses), se citar o *Mons Genestaxo*:

⁴ A igreja moçárabe de S. Pedro de Lourosa, datada do ano de 912 por meio de uma inscrição (BARROCA 1995: II, pp. 33-35, Insc. N^o 3), espelha a fuga, para Norte, de comunidades moçárabes fugindo à vaga de intolerância que acompanhou a ascensão ao poder de Abd Al-Rahman III (912-961), um processo que deu origem a outros célebres monumentos moçárabes (como é o caso da Igreja de S. Miguel de Escalada, junto a León, datada de 913).

“... *baselica Sancti Martini Episcopi, que est fundata in Villa de Suylanes, subtus mons Genestaxo, secus rivulum Gallina, et flumen Dorio, territorio Anegia ...*” (PMH, DC 8).

O monte Gestaçô (freg. Paços de Gaiolo, conc. Marco de Canaveses) encontra-se documentado até pelo menos 1087 (PMH, DC 688) (ALMEIDA 1978: p. 37, Nº 83).

A partir de então, as referências a castelos multiplicam-se a um ritmo crescente. Bastará registar que, até aos fins do Séc. X, ou seja, até ao ano 1000, num universo total de 183 documentos⁵, 71 deles possuem referências a castelos (38,8 %), correspondendo a um total de 50 estruturas castelares distintas. Os quadros que preparamos (Quadros 1 e 2) ilustram a progressão deste fenómeno que, como já tivemos oportunidade de sublinhar noutros estudos nossos, se reveste de uma grande novidade (BARROCA 1990-91: p. 91 e ss.; BARROCA 1997: pp. 14-15).

	Nº de Doc. (PMH, DC)	Nº de Doc. c/ ref ^a . a Castelos	Percentagem
870-900	11	3	27,3 %
901-925	18	7	38,8 %
926-950	32	5	15,6 %
951-975	52	27	51,9 %
976-1000	70	29	41,4 %
TOTAL	183	71	38,8 %

Quadro 1 - Documentos até ao Ano 1000 que referem castelos.

	Nº de Doc. c/ ref ^a . a Castelos	Nº Castelos referidos	Totais cumulativos
870-900	3	4	4
901-925	7	7	10
926-950	5	4	12
951-975	27	30	37
976-1000	29	22	50
TOTAL	71	-	-

Quadro 2 - Evolução do número de castelos referidos até ao Ano 1000.

O aparecimento do castelo no Noroeste de Portugal, no último quartel do Séc. IX, na sequência das primeiras presúrias astur-leonesas, e o modelo de organização do espaço adoptado desde então são processos que apresentam um estreito paralelismo, quer em termos de cronologias quer em termos de soluções arquitectónicas, com o que outros autores têm vindo a detectar noutras zonas da Península. Referimo-nos, concretamente, aos estudos de José Avelino Gutierrez González para a zona de León e de Francesc Fité para a zona da Catalunha, e à síntese de André Bazzana sobre o aparecimento do castelo nas zonas setentrionais da Península Ibérica, apresentada no 16º Colóquio *Chateau Gaillard* (GUTIERREZ GONZÁLEZ 1989: p. 173; GUTIERREZ GONZÁLEZ 1995: p. 46; FITÉ 1989: pp. 195-196; FITÉ 1993: p. 8; BAZZANA 1994: pp. 34-35). As cronologias apontadas por Bazzana para a zona oriental da Península não diferem, de resto, muito das cronologias que Helena Catarino encontrou para a zona meridional portuguesa (CATARINO 1997-98: II, pp. 579-587).

⁵ Tomamos como universo de estudo apenas os diplomas publicados nos PMH, DC.

A cartografia das 50 estruturas fortificadas documentadas em Portugal até ao ano 1000 (Fig. 1) revela uma concentração significativa na parte terminal do curso do rio Douro, correspondendo grosso modo ao Douro Litoral, abrangendo ambas as margens do rio e alcançando, no interior, os contrafortes das Serras do Marão e de Montemuro. Nesta zona concentram-se 47 % das estruturas castelares conhecidas para o último quartel do Séc. IX e todo o Séc. X. Fora desta zona, salientemos a presença de outras concentrações igualmente significativas: uma na parte inferior do vale do rio Ave, em torno da foz deste rio, com 6 castelos que permitiam o controle destas terras férteis e o domínio do curso fluvial; outra concentração em torno do eixo Braga-Guimarães, com um total de 6 castelos; finalmente, um pequeno conjunto de estruturas castelares entre o Vouga e o Mondego, relacionadas com a presença de forças cristãs em Coimbra, onde contabilizamos 3 castelos até ao ano 1000 mas que, dobrada a centúria, rapidamente aumentariam de número. Julgamos que merece igualmente destaque a quantidade de castelos que, até ao ano 1000, escolheram montes com ocupações castrejas para se implantar (pelo menos 11 exemplos, ou seja 22%) e o número de castelos que se posicionaram nas imediações de vias romanas ainda em uso (pelo menos 6 casos). Deixamos de lado a concentração de castelos no Leste do território cristão, onde se erguiam 10 castelos condais, de que nos ocuparemos mais à frente.

Zona	Nº Castelos
Entre-Lima-e-Cávado	1
Entre-Cávado-e-Ave	12
Entre-Ave-e-Douro	12
Entre-Douro-e-Vouga	11
Entre-Vouga-e-Mondego	3
Beira Interior	11
TOTAL	50

Quadro 3 - Distribuição geográfica dos castelos portugueses dos Séc. IX-X

A distribuição geográfica dos castelos portugueses até ao ano 1000 revela dois aspectos que importa sublinhar. Em primeiro lugar, o facto do aparecimento dos primeiros castelos no Norte de Portugal acontecer na zona do Douro Litoral, que foi palco das primeiras presúrias de Afonso III, e atingir aqui, desde cedo, um grande dinamismo. Em segundo lugar, o facto de só numa fase mais tardia ter alcançado as zonas mais setentrionais do Entre-Douro-e-Minho. Na realidade, a penetração dos castelos até aos fins do Séc. X revela-se muito diminuta na zona a Norte do vale do Ave. Esta perspectiva encontra-se comprovada num precioso documento dos PMH, o célebre DC 13, sobre o qual Carlos Alberto Ferreira de Almeida lançou luz definitiva ao identificar a sua localização e quase toda a sua microtoponímia⁶. Trata-se de um documento do ano de 906, que regista uma composição entre o Bispo de Iria, Sisnando, e o Bispo de Coimbra, Nausto, sobre a partilha de bens que ambos bispados detinham em *Silva Scura*. O espaço da “... *ecclesia et villa vocabulo Sancta Eolalia que scita est in Silva Scura* ...” é descrito com um pormenor invulgar, sendo enumerados 25 moradores e diversas propriedades (2 várzeas, 6 linhares, 26 campos, 2 arroteias, 4 pomares e 1 vinha, sendo mais de uma dezena de propriedades vedadas). A importância deste documento para a Castelologia reside no facto de, em 906, quando se fez um levantamento tão exaustivo e minucioso desta zona, não se ter registado nenhum castelo. No entanto, um

⁶ Durante muito tempo entendeu-se que o PMH, DC 13 dizia respeito a Águas Santas (Maia) ou a Águas Santas (Póvoa de Lanhoso). Foi Carlos Alberto Ferreira de Almeida quem, em 1970, dissipou todas as dúvidas, demonstrando que se trata de St^a. Eulália de Rio Covo, freguesia do concelho de Barcelos - cf. ALMEIDA 1970: pp. 97-107. O mesmo autor já anteriormente se tinha debruçado sobre este diploma - ALMEIDA 1966: pp. 635-642.

século mais tarde, nos inícios do Séc. XI, existiam aqui dois castelos: o castelo de Midões (a Ocidente) e o castelo de Penafiel de Bastuços (a Oriente), este último documentado pelo menos desde 1018 (LF 68). Deste modo, o DC 13 corrobora a ideia de que a progressão dos castelos para o coração do Entre-Douro-e-Minho, e nomeadamente para a zona a Norte do vale do rio Ave, foi um acontecimento mais tardio do que o panorama que se desenha para o espaço compreendido entre o Ave e o Douro e, de uma maneira geral, para a zona do vale do Douro.

O documento de Soalhães, de 875 (DC 8), para além de conter uma das primeiras referências documentais a castelos, encerra uma outra enorme novidade: a referência ao território de Anégia. Na realidade, depois das presúrias de Afonso III, assistimos a uma reorganização do território incorporado dentro dos limites cristãos, a qual passou pela criação das *civitates*. Não se trata, aqui, de uma simples referência a povoados urbanos, a *ciudades*. Certamente que a expressão *civitas* também foi utilizada nessa acepção, conhecendo-se documentos onde Braga, Porto e Coimbra são tratadas como *civitates*. Mas, em muitos outros documentos, do último quartel do Séc. IX, do Séc. X e do Séc. XI, sobretudo da zona do vale do Douro, surgem referências a *civitates* que nunca corresponderam a cidades - nunca foram sede de bispado nem sequer atingiram dimensão urbana digna de relevo - mas que, apesar disso, continuaram a ser designadas como *civitates*. É o caso das *civitates* de Anégia e de St^a. Maria, que nunca tiveram uma dimensão urbana significativa. Por outro lado, é flagrante que, muitas vezes, a expressão *civitas* não se reporta a um local mas antes a um território. Na realidade, estas *civitates* eram amplos espaços territoriais que, do ponto de vista militar, estavam confiados ao controle de uma estrutura militar que, muitas vezes, se revestia de características arquitectónicas muito incipientes. A organização territorial imposta por Afonso III no Douro Litoral não se afasta, portanto, muito da que o mesmo monarca instituiu noutras zonas do seu reino, nomeadamente com as *mandationes* ou os *commissa* galegos⁷.

“A Civitas era ou poderia ser um comitatus, tinha o seu território próprio, e, idealmente, estava sob a responsabilidade de um conde ou de um commissarius da administração central.” (ALMEIDA 1992: p. 377).

A primeira *civitas* a ser referida na documentação foi Anégia, a mais bem documentada de todas as *civitates* que Afonso III criou na zona actualmente portuguesa. A primeira referência documental para Anégia remonta a 875 (PMH, DC 8) e este território permanecerá operacional durante mais de dois séculos, entrando em decadência apenas a partir dos meados do Séc. XI, mais concretamente a partir da década de 60 do Séc. XI. A Crónica *Rotensis* regista, indirectamente, a criação de Anégia quando declara que Afonso III, juntamente com seu irmão Fruela, tomou muitas *civitates*, nomeadamente as de Porto, Anégia, Braga, Chaves e Viseu:

“... Qui cum fratre Froilane sepius exercitu mobens multas civitates bellando cepit, id est, Lucum, Tudem, Portugalem, Anegiam, Bracaram metropolitana, Viseo, Flavias ...” (CRÓN. AST.: p. 132).

A *civitas* de Anégia implantava-se num pequeno esporão sobranceiro à confluência dos rios Tâmega e Douro. No seu local ergue-se hoje a Capela da Senhora da Cividade (freg. de St^a. Maria de Eja, conc. de Penafiel), que conserva um topónimo bem significativo. Desde há muito conhecida dos historiadores a partir das numerosas referências documentais (mais de meia centena de documentos, balizados entre 875 e os fins do Séc. XI), a sua estrutura arquitectónica seria identificada por Carlos Alberto Ferreira de

⁷ Sobre as *civitates* do território português vide, entre outros, ALMEIDA 1988: pp. 150-151; ALMEIDA 1989: pp. 43-48; ALMEIDA 1992: pp. 377-378; BARROCA 1990-91: pp. 91-93; MATTOSO 1992: I, pp. 468-470. Sobre as diferentes acepções da palavra *civitas* veja-se ESTEPA DIEZ 1978; e sobre os *commissa* galegos LOPEZ ALSINA 1988: pp. 220-227.

Almeida e valorizada por este e outros autores⁸. A *civitas* de Anégia ergueu-se num pequeno esporão situado na periferia de um povoado castrejo romanizado, que teve uma ocupação tardia, que se estendeu pelo menos até ao séc. V-VI já que aqui se recolheu *Sigillata Clara D.* Não temos, no entanto, comprovação arqueológica de que o povoado tenha sofrido uma reocupação durante a Reconquista, como parece sugerir a presença da vizinha *civitas*. Gozando de uma notável situação topográfica, a *civitas* de Anégia vigiava o curso final do Tâmega e parte do vale do rio Douro. Da velha estrutura militar ainda restam alguns vestígios, nomeadamente uma muralha em talude, definindo uma plataforma de exíguas dimensões, com valores extremos na ordem dos 24 por 30 metros. A sua implantação no terreno, ocupando um esporão periférico ao monte principal, onde se ergueu o povoado castrejo, não pode deixar de recordar o exemplo do Porto, sede de outra das *civitates* de Afonso III, onde o povoado civil se localizava num monte e a sede militar numa colina periférica: o povoado principal no Morro da Pena Ventosa, em torno do pólo religioso, onde depois se construiu a Sé românica; o pólo militar num pequeno esporão periférico, a Nordeste, que a toponímia urbana memorizou como a *Cidade* e que foi quase totalmente destruído em 1950-53.

Para além de Anégia, temos conhecimento, documental e arqueológico, de outras *civitates* criadas por Afonso III ou pelos seus sucessores: Porto (desde c. 868), Braga (desde c. 870), Chaves (desde c. 872), Lamego (a. de 906), Viseu (a. de 906), St^a. Maria (Feira) (a. de 977), Seia e Coimbra (desde c. 878) foram igualmente sede de *civitates*. E, apesar de carecermos de comprovação documental, acreditamos que Lanhoso, Guimarães, Maia e Montemor-o-Velho também possam ter sido.

A *civitas* de Santa Maria (freg. de St^a. Maria da Feira, conc. da Feira), revela-se particularmente importante pelos vestígios arquitectónicos ainda sobreviventes. Criada ao longo do Séc. X - uma vez que é omitida em documento de 902 mas já se documenta em 977 (PMH, DC 120) - esta estrutura militar ganhou particular importância quando a zona do vale do Vouga voltou a ser um espaço de fronteira, depois das investidas de al-Mansur contra Coimbra e o vale do Mondego, nos fins do Séc. X (em 986 e 987). Significativamente, a *civitas* perderia progressivamente a importância adquirida quando, em 1064, com a campanha de Fernando Magno, as forças cristãs voltam a ocupar, agora de forma definitiva, a cidade de Coimbra e o vale do Mondego. Ainda se conservam alguns vestígios da sede da velha *civitas*, agora integrados dentro do perímetro do Castelo de St^a. Maria da Feira, na zona da chamada "Torre de Menagem". No entanto, essa "Torre de Menagem" apresenta uma série de anomalias que não podem deixar de ser sublinhadas. Em primeiro lugar, por ser uma construção muito larga, com c. 20 x 13,8 metros, ultrapassando muito as dimensões máximas das Torres de Menagem dos castelos portugueses. Depois porque essa construção define um pátio, com 9 x 14,9 metros, no interior do qual se localiza uma cisterna, o que é igualmente anómalo numa Torre de Menagem. Finalmente porque possui cinco torreões adossados (quatro dos quais desde a primeira fase). Todos estes aspectos revelam que não se trata de uma vulgar Torre de Menagem. Acrescentemos o facto de, na parte inferior dos seus muros, junto dos alicerces, possuir um aparelho construtivo claramente pré-românico, com uma organização não-isódoma, compreendendo silhares com cotovelos, pequenas cunhas e bastantes silhares almofadados. Finalmente sublinhemos que, como António Nogueira Gonçalves e Carlos Alberto Ferreira de Almeida tiveram oportunidade de salientar, a sua porta de entrada foi, outrora, munida de um arco ultrapassado, tendo esse perfil sido alterado com uma reforma empreendida no Séc. XVII (GONÇALVES 1978: pp. 10-14; ALMEIDA 1988: pp. 161 e 163). Todos estes aspectos revelam-nos que o núcleo central do Castelo da Feira corresponde à velha estrutura condal, que foi objecto de reconstruções ao longo dos séculos, e que foi adaptada a residência nos fins da Idade Média, mas que conseguiu preservar, intacto, o perímetro da

⁸ ALMEIDA 1981-82: pp. 131-133; BARROCA 1990-91: pp. 92-93; LIMA 1993: pp. 31-39 e 118-119. Pode, assim, ser rectificadada a nota que, na mais recente edição das Crónicas Asturianas, regista Anégia como localidade não identificadada do Norte de Portugal (cf. CRÓN. AST.: p. 207, nota 40).

obra condal do Séc. X. Na realidade, é possível acompanhar a fase mais antiga ao longo das quatro paredes da velha construção. Este aspecto é muito importante, porque mostra que a organização desta estrutura, formando um pátio sub-rectangular, com quatro torreões (já que o torreão central da parede oposta à entrada resulta de acrescento posterior), remonta à 2ª metade do Séc. X. Desta forma, a primeira fase da *civitas* de Stª. Maria constitui um paralelo precioso para a primeira fase do castelo de Lanhoso que, na fase do Séc. X, optou por erguer três torreões equidistantes na fachada voltada ao acesso.

A organização do território do Norte de Portugal em *civitates* não impediu que se multiplicassem os castelos erguidos por iniciativa das populações. Na realidade, as *civitates*, enquanto lugares centrais de um território, conviviam com diversas outras estruturas de defesa e refúgio, erguidas pelas populações. De resto, o período de maior dinamismo do *incastelamento* corresponde, precisamente, ao momento em que as *civitates* estruturavam esta região do ponto de vista militar e administrativo. Compreende-se que assim fosse: os territórios das *civitates* eram demasiado amplos para serem eficazmente defendidos a partir de um único local fortificado. Só para referir o exemplo de Anégia, que conhecemos melhor por possuímos documentação mais abundante, podemos dizer que o território desta *civitas* se estendia por ambas as margens do Douro ao longo de cerca de 30 km, desde o rio Sousa até ao rio Ovil, abrangendo diversos concelhos da actual divisão administrativa portuguesa (a Norte do Douro os concelhos de Paredes, Penafiel, Marco de Canaveses e Baião; a Sul do Douro os concelhos de Castelo de Paiva e Cinfães) (AZEVEDO P. A. 1898: pp. 208-215; BARROS 1954: XI, pp. 226-263; MERÊA e GIRÃO 1943: pp. 255-263; ALMEIDA 1981-82; BARROCA 1990-91; LIMA 1993). Dentro do seu âmbito geográfico, Anégia chegou a comportar pelo menos 16 outras estruturas defensivas, de menores proporções, que conviveram com a *civitas* e foram toleradas por esta⁹. A documentação da época designa invariavelmente estas estruturas secundárias por *monte*, *alpe* ou *castrum*. Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida teve oportunidade de sublinhar, estas designações correspondiam a pontos fortificados, a pequenos castelos roqueiros erguidos no alto de montes (ALMEIDA 1978; ALMEIDA 1989: pp. 38-54; ALMEIDA 1992: pp. 371-385). Na maior parte dos casos os trabalhos defensivos eram sumários, compreendendo o corte de pedra, a deslocação de terras para criar desníveis, e a construção de muralhas, por vezes em talude e apenas revestidas de pedra na face exterior. Nalguns casos, mais raros, os trabalhos envolveram também a criação de fossos. O aparelho de construção destes castelos revela-se incipiente: eram construídos em pedra seca (ou *mamposteria*), com pedras mal aparelhadas e de grandes dimensões, sem recurso a argamassa. Estes castelos de refúgio, erguidos entre penedos graníticos, com arquitecturas pouco elaboradas, desconhecendo a maioria das soluções da arquitectura militar medieval (como é o caso dos torreões adossados aos panos de muralha), foram-se multiplicando de forma crescente ao longo do Séc. X mas, sobretudo, ao longo do Séc. XI, quando chegam a ultrapassar as três centenas em todo o Noroeste de Portugal. Efectivamente, é nesta última centúria que se detecta um maior dinamismo no processo de *incastelamento* do Entre-Douro-e-Minho e da zona Norte das Beiras. Mas este processo escapa já à cronologia da nossa abordagem.

Paralelamente às *civitas* e aos castelos de iniciativa das populações, detectamos no espaço português um outro grupo de fortificações, que resultam da iniciativa condal. É neste grupo de castelos

⁹ Entre 875 e 1123 coexistiram dentro do território da *civitas Anégia* os seguintes castelos: *Genestazo* (Gestação, Soalhães, Marco de Canaveses), *Petroselo* (Peroselo, Penafiel), *Gavano* (Monte d'Arcas, Souselo, Castelo de Paiva), *Aradrus* (Monte Aradros ou Monte de Santiago, Alpendorada, Marco de Canaveses), *Bendoma* (Vandoma, Paredes), *Serra Sicca* (Stª. Adrião, Real, Castelo de Paiva), *Ordines* (Ordins, Lagares, Penafiel), *Gustodias* (Real, Castelo de Paiva), *Eiras* (Montedeiras, Marco de Canaveses), *Asperonis* (Esporão, Rio de Moinhos, Penafiel), *Castro de Boi* (Castro de Boi, Manhuncelos, Marco de Canaveses), *Maurenti* (Moirinte, Torrão, Marco de Canaveses), *Monte Muro* (Montemuro, Castro Daire-Cinfães), *Castro Malo* (Castro Mau, Marco de Canaveses), *Lebor* (Monte do Facho, Peroselo, Penafiel) e *Salgueirus* (Salgueiros, Guilhufe, Penafiel). Para as identificações administrativas seguimos LIMA 1993: pp. 141 e ss.

que iremos encontrar os maiores requintes arquitectónicos. O primeiro exemplo de um castelo condal português é, obviamente, o Castelo de Guimarães, fundado por D. Mumadona Dias entre 950 (VMH 5) e 957 (PMH, DC 71; VMH 8), para defesa do Mosteiro de Guimarães¹⁰. Uma década mais tarde, em 968 (PMH, DC 94; VMH 14), num aditamento ao seu testamento, Mumadona doaria o castelo ao cenóbio vimaranense, declarando que o fundara para defesa do Mosteiro das ameaças dos “gentios” (reportando-se certamente a muçulmanos ou a normandos)¹¹:

“... laboravimus castellum quod vocitant Sanctum Mames in locum predictum Alpe Latito quod est super huius monasterio constructum et post defensaculo huius sancto cenobio concedimus cum fratribus et sororibus in ipso monasterio persistentibus ...” (PMH, DC 97 = VMH 14).

Os dados documentais conhecidos revelam-nos, portanto, que a construção do primeiro castelo de Guimarães foi iniciativa da condessa quando já se encontrava viúva do conde Hermenegildo ou Mendo Gonçalves, que morreu antes de 950 (MATTOSO 1981: p. 140). No entanto, dessa primeira fortificação, erguida nos meados do Séc. X, não restam hoje vestígios.

Na mesma época em que Mumadona erguia o castelo de Guimarães, uma sobrinha sua, D. Flâmula Rodrigues, detinha um notável conjunto de fortificações na Beira interior, a Ocidente do rio Côa. D. Flâmula Rodrigues era filha de D. Rodrigo Tedones e de D. Leodegúndia Dias (MATTOSO 1981: p. 153). Era, assim, descendente de duas famílias condais: a de D. Afonso Betotes, presor de Tuy em 854 (de quem era bisneta pelo lado paterno); e a de D. Diogo Fernandes, povoador da região de Lamego (de quem era neta pelo lado materno). Em 960, sentindo-se doente, decidiu fazer uma ampla doação de bens ao Mosteiro de Guimarães, onde entrou como devota. Entre esses bens contam-se 10 castelos:

“... nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Seniorzelli, Caria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa Stremadura ...” (PMH, DC 81 = VMH 11).

Estes castelos localizam-se na Beira interior, a Leste do território da cidade de Lamego e a Ocidente do rio Côa, correspondendo ao espaço compreendido entre os rios Távora e Côa. Constituíam, assim, a uma mancha geográfica coerente, que penetra quase 50 km a Sul do Douro (tendo em conta o exemplo mais meridional, Trancoso). Eram, verdadeiramente, nesta zona do interior, a *Estremadura*, a fronteira do espaço detido pelas forças cristãs a Sul do Douro. A identificação dos castelos referidos no diploma de 960 oferece algumas dificuldades mas julgamos que podem ser todos localizados: *Trancoso* corresponde hoje a Trancoso; *Moraria* a Moreira de Rei; *Longobria* a Longroiva; *Nauman* a Numão; *Vacinata* corresponderá a Muxagata (?); *Amindula* a Meda; *Pena de Dono* a Penedono; *Alcobria* a Alcarva; *Seniorzelli* a Sernancelhe; *Caria* a Caria (CINTRA 1984: pp. XXXVI-XXXVII; BARROCA 1990-91: pp. 94-98). Vários destes castelos apresentam ainda hoje estruturas medievais (como é o caso de Numão, Moreira de Rei, Longroiva e Penedono), mas esses vestígios correspondem a reformas românicas ou até posteriores. Há, no entanto, um caso excepcional em que a estrutura que existia no tempo de D. Flâmula, em 960, ainda se conserva. Referimo-nos à torre moçárabe do Castelo de Trancoso, que tivemos oportunidade de identificar e valorizar pela primeira vez em 1990-91, uma construção que remonta aos meados do Séc. X. Trata-se de uma torre bastante larga, de planta sub-quadrangular e com c. 12 metros de lado, que adopta um perfil tronco-piramidal, com porta de acesso rasgada no 1º andar e munida de arco ultrapassado, que recorda, com as devidas distâncias, o exemplo da Torre de D. Urraca em Covarrubias (Burgos) (FONTAINE 1973: pp. 207-211; SANCHEZ TRUJILLANO 1976: pp. 665-682). A

¹⁰ Sobre o Castelo de Guimarães veja-se BARROCA 1996: pp. 17-28; PINA 1933; DGEMN 1937; BARROCA 1990-91: pp. 94 e 114-115.

¹¹ A época em que Mumadona Dias fez a doação foi marcada por invasões normandas ou vikings (966-971). Conhecemos notícias de ataques no Sul da costa atlântica da Península Ibérica em 966 (Alcácer do Sal, Lisboa, Silves) (DOZY 1881: II, p. 288). No Noroeste da Península, em 970 dá-se a conquista e pilhagem de Santiago de Compostela, tendo as forças invasoras permanecido na Galiza até ao ano de 971 (DOZY 1881: II, pp. 295-297; MACHADO 1931; CHAO ESPINA 1965: pp. 229-245).

torre de Trancoso apresenta o característico aparelho de construção não-isódomo, cheio de cotovelos, “rolhas” e cunhas, com várias pedras almofadadas, denunciando a técnica de construção moçárabe. Não temos, por isso, dúvidas em classificá-la como obra do Séc. X. Esta torre seria mais tarde incorporada dentro do perímetro do castelo românico de Trancoso, onde passou a exercer as funções de Torre de Menagem.

Para além de Trancoso apenas encontramos vestígios coevos do tempo de D. Flâmula no castelo de Sernancelhe. Aqui, a fortificação de D. Flâmula ergueu-se num monte sobranceiro ao núcleo histórico da vila, não longe do largo da Igreja paroquial. O monte sofreu desaterros e corte de pedra, para realçar as diferenças de cota e dificultar os acessos, e, no seu alto, foi erguida uma muralha definindo uma plataforma de dimensões relativamente modestas. A muralha, com aparelho não-isódomo, ignora torreões. A meia encosta, aproveitando uma pequena plataforma voltada a Leste, foram implantadas estruturas de habitat. Quer aqui, quer na zona superior do Monte do Castelo, recolhemos recentemente cerâmica da Alta Idade Média, que denuncia uma possível ocupação anterior, dos Séc. VII-VIII, e cerâmica da Reconquista.

Infelizmente, para os outros castelos de D. Flâmula não possuímos vestígios de arquitectura militar que possam ser associados ao Séc. X.

A doação de D. Flâmula refere, para a zona compreendida entre o Távora e o Côa, três níveis distintos de estruturas de povoamento: *castellos*, *penellas* e *populaturas*. Já vimos que os castelos foram nomeados de forma individual o que deve ser entendido como espelho da sua importância mas, também, um reflexo do facto de serem menos numerosos. Eram eles, erguidos por iniciativa condal, que deviam ostentar as arquitecturas mais elaboradas. No entanto, e como nos ensina o caso de Trancoso, nem sempre a expressão *castellum* deve ser associada a uma estrutura do tipo do castelo cristão do Norte. Em Trancoso não passava de uma robusta torre. Ora, conhecemos diversas referências a torres ao longo do Séc. X, que revelam que esta opção deve ter sido relativamente usual¹². Abaixo dos *castellos*, D. Flâmula colocou as *penellas*. Seriam, seguramente, menos importantes que os castelos e mais numerosas que estes: por isso não houve possibilidade (nem talvez vontade) de as individualizar. Pelo que nos ensina a documentação da época, diríamos que as *penellas* correspondem ao que vulgarmente chamamos “castelos roqueiros”, castelos erguidos por iniciativa das populações e coroando os montes. Finalmente, as *populaturas* seriam a unidade-base do povoamento agrupado nesta zona. Ou seja, corresponderiam aos núcleos de povoamento concentrado, às nossas aldeias. Abaixo deste patamar teríamos as unidades individuais de povoamento, os casais, que D. Flâmula já não referiu¹³.

Ressalvemos, no entanto, que os castelos das Beiras que D. Flâmula entregou ao Mosteiro de Guimarães em 960 podem não ter sido erguidos por sua iniciativa. Na realidade, muitos dos bens então doados tinham chegado às suas mãos por herança paterna. Deste modo, eles podem ter sido erguidos por iniciativa de D. Rodrigo Tedones, nobre que se encontra documentado entre 928-33 e 939.

A doação de 960 conduziu estes dez castelos para a posse do Mosteiro de Guimarães, que os deteve durante mais de três décadas. No entanto, com a aproximação dos finais da centúria, as forças cristãs enfrentaram um período desfavorável. A reorganização militar que al-Mansur implementou em 980 traduziu-se num reforço do poder muçulmano e numa série de vitórias. Na área que hoje constitui Portugal são conhecidas quatro campanhas decisivas. Uma, em 986, contra Condeixa; outra, em 987, contra Coimbra e Montemor-o-Velho, que voltam a cair na mão das forças muçulmanas, mantendo-se em seu poder durante quase 80 anos, até 1064. Os *Annales Portucalenses Veteres* registaram a queda de

¹² Veja-se, por exemplo, a “torre de Miranda” (Miranda do Corvo) que se cita em documento do Mosteiro de Lorvão, datado de 998 (PMH, DC 179).

¹³ Sobre as *villae* vejam-se as recentes sínteses de ALARCÃO 1998: pp. 89-119, sobretudo pp. 110-117; e MATTOSO 1992: I, pp. 460-462.

Coimbra em 987: “*In Era Tª XXVª Almanzur accepit Colimbrian IIIª Kalendas Iulli.*” (ACMA: p. 27). Uma década depois das campanhas contra o baixo vale do Mondego, al-Mansur investiu em 995 contra o castelo de Aguiar de Sousa, a Leste da cidade do Porto, que, apesar das suas extraordinárias condições defensivas, foi igualmente conquistado. A *Chronica Gothorum* memorizou esses eventos: “*Era MXXXIII Almanzor cepit Castellum de Aguilar quod est in ripa Sause in Portugalensia provincia.*” (PMH, Script.: p. 9). Alguns anos mais tarde, em 997, al-Mansur conduziu a célebre campanha contra Santiago de Compostela. Nessa altura os seus exércitos atravessaram a Beira portuguesa, passando por Viseu e por Lamego, juntando-se no Porto a outro ramo do exército que se deslocou por via marítima. Julgamos que foi por esta ocasião que os castelos da Beira voltaram ao poder muçulmano. Na realidade, no relato da campanha de 997, da autoria de Ibn Idhari (*Al-Bayano l’Mogrib*), regista-se que al-Mansur saiu de Córdova a 3 de Julho de 997 e se dirigiu a Viseu onde “*reuniram-se-lhe grande número de condes que reconheciam a sua autoridade*” (PEA: II, p. 257). Este pormenor revela que a *civitas* de Viseu, se não foi conquistada por al-Mansur, estaria pelo menos do seu lado. Mais à frente, ao relatar o regresso dos exércitos vitoriosos, Ibn Idhari escreve que al-Mansur “*continuou a marcha até à fortaleza de Lamego, que antes havia conquistado*” (PEA: II, p. 261; DOZY 1988: III, pp. 186-187). Tudo parece indicar, portanto, que a conquista muçulmana de Lamego terá ocorrido no quadro da campanha de 997, quando as tropas rumaram a Norte. Por essa altura, os restantes castelos da Beira devem ter passado para o lado muçulmano. O certo é que em fins do Séc. X o Mosteiro de Guimarães tinha perdido todos os seus castelos da Beira. E a fronteira cristã, que se tinha fixado no vale do Mondego em 878, recuara para a zona do Entre-Douro-e-Vouga. É neste contexto que a *civitas* de Santa Maria, conservada na posse das forças cristãs, ganha uma nova importância estratégica. Ao dobrar o ano 1000, seguindo-se pelo vale do Douro, o domínio muçulmano volta a documentar-se na margem Sul do rio a montante de Resende, depois de ultrapassado o sistema montanhoso da Serra de Montemuro. Os castelos de Cárquere, de S. Martinho de Mouros, de Lamego e os dez castelos de D. Flâmula voltaram à posse das forças muçulmanas e só regressariam aos domínios cristãos com a campanha das Beiras de Fernando Magno, em 1055-1058.

Para além de Guimarães e dos castelos de D. Flâmula, são conhecidos outros castelos de iniciativa condal, como é o caso do castelo de Vermoim (Vila Nova de Famalicão) que em 1016 sofreu um sangrento assalto de Normandos durante o qual faleceu o Conde D. Alvito Nunes: “*Era MLIV VIIIª Idus Septembris veniunt Lormanes ad castellum Vermudii, quod est in provincia Bracharensis. Comes tunc ibi erat Alvitus Nuniz.*” (PMH, Script.: p. 9)¹⁴. Mas reservaremos a nossa atenção para um derradeiro exemplo: o notável castelo de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso).

O Castelo de Lanhoso ergue-se no alto de um enorme afloramento granítico, com desníveis abruptos de várias dezenas de metros. A estrutura militar apresenta uma fase inicial, do séc. X, uma reforma nos fins do Séc. XI, ordenada pelo Bispo bracarense D. Pedro (1070-1091), e finalmente uma reforma gótica, promovida por D. Dinis na passagem do Séc. XIII para XIV (BARROCA 1990-91: pp. 111-114). Antes da intervenção da DGEMN, nos anos 30 deste século¹⁵, o acesso ao alto do monte do Castelo de Lanhoso continuava a fazer-se, como nos tempos medievais, por meio de um íngreme caminho pedonal que terminava, na parte superior, numa série de degraus escavados na rocha. Estes conduziam directamente à única porta do sistema muralhado, enquadrada por torreões quadrangulares. No pano de muralha voltado ao único acesso possível existiam outros torreões, mas nas restantes zonas a muralha de Lanhoso ignorava esses mecanismos complementares de defesa. Nesta linha de muralha encontramos aparelho de

¹⁴ Segundo Rui de Azevedo, é possível que este ataque normando tenha tido lugar em 1015 (AZEVEDO R. 1973: pp. 85-88).

¹⁵ Sobre o restauro deste castelo veja-se DGEMN 1942. Durante o restauro foi rasgada a estrada de acesso ao alto do monte, e colocaram-se a descoberto vestígios de um povoado castrejo, a meia encosta, o qual foi escavado por Carlos Teixeira - TEIXEIRA 1939; TEIXEIRA 1940a; TEIXEIRA 1940b. O Castelo de Lanhoso terá tido uma ocupação tardia, a julgar pelo aparecimento de uma numisma suévica de prata (cf. BARRAL y ALTET 1976: pp. 167-168, Nº S-14) .

construção com as habituais características pré-românicas: negação da isodomia, silhares com cotovelos, pequenas cunhas, pedras almofadas. Ultrapassado este primeiro sistema defensivo, tinha-se acesso a um pátio amplo, na sua maior parte constituído pelo próprio afloramento rochoso, e, na extremidade Norte, erguia-se a alcáçova militar. Esta apresentava a fachada Sul munida de três torreões de planta quadrangular, equidistantes, erguidos sobre uma larga sapata envolvente. A porta de entrada, volta a Ocidente, era enquadrada por dois outros torreões. A muralha da alcáçova delimita um pátio sub-trapezoidal, dentro do qual foi construída uma estrutura habitacional, da qual restam diversos pilares. Ao longo de quase toda a muralha, acompanhando a zona de alicerce e preenchendo os interstícios entre as rochas, encontramos aparelho de construção pré-românico. Deste modo, o Castelo de Lanhoso era, inicialmente, composto por uma cerca relativamente ampla, com uma única porta de acesso, e, na extremidade do pátio, na zona com cotas mais elevadas, possuía uma Alcáçova. Esta zona sofreu uma reforma nos fins do Séc. XI, assinalada por uma inscrição do Bispo D. Pedro (BARROCA 1995: II, pp. 96-98, Insc. Nº 32). Podemos, portanto, atribuir essa reforma ao período que medeia entre os anos de 1070 e 1091, datas extremas do governo deste prelado à frente da diocese de Braga (COSTA 1959: I, pp. 26-30; COSTA 1990: pp. 407-424). Esta inscrição revela-se fundamental porque ajuda a datar a primeira fase do castelo, remetendo-a para o Séc. X ou para a primeira metade do Séc. XI. A excelência dos mecanismos defensivos de Lanhoso, desde o seu singular sistema de acesso até às estruturas reformadas pelo Bispo D. Pedro no último quartel do Séc. XI, ajudam a compreender o motivo porque D. Teresa decidiu eleger este Castelo para seu refugio quando teve de fugir aos exércitos de D. Urraca e de Diego Gelmirez, em 1121. Lanhoso era, nessa altura, o melhor castelo da região de Braga e, certamente, um dos melhores do Entre-Douro-e-Minho. Mas de nada lhe valeu já que, como se sabe, D. Teresa se viu obrigada a assinar a capitulação, no chamado “Tratado de Lanhoso”, de 1121 (MATTOSO 1992: II, pp. 50-51).

É tempo de concluir. Os finais do Séc. X e o primeiro quartel do Séc. XI ficaram marcados por uma conjuntura militarmente desfavorável para as forças cristãs, onde aos sucessos califais se aliaram uma série de ataques normandos que assolaram a costa atlântica. Esta situação contribuiu para acentuar o sentimento de insegurança entre as populações do Entre-Douro-e-Minho e, particularmente, do Douro Litoral. Em resposta, o processo de *incastelamento* incrementou-se ainda mais. Ao longo da primeira metade do séc. XI multiplicam-se, nos documentos, as referências a castelos com uma particular incidência precisamente nesta área mais meridional do Entre-Douro-e-Minho e do primeiro Condado Portucalense. Alguns cálculos mais recentes apontam para a existência de quase 300 castelos no Entre-Douro-e-Minho, numa densidade por vezes equivalente à da rede paroquial (ALMEIDA 1992: p. 379). No entanto, a conjuntura militar, desfavorável para as forças cristãs, viria a modificar-se radicalmente. Em 1031 o desaparecimento do Califado de Córdoba e a fragmentação do poder muçulmano, com a constituição das primeiras Taifas (1031-1090), inaugura uma nova fase mais favorável às forças cristãs, que aproveitaram para empreender uma série de campanhas militares em diversas frentes. No território actualmente português, esta nova fase seria marcada, nos meados da centúria, pela Campanha das Beiras, encetada por Fernando Magno. Em 1055 era reconquistada Seia, um pouco a Sul do Mondego, na encosta Norte da Serra da Estrela. Depois, entre 1057 e 1058, Fernando Magno promove uma campanha militar que, partindo de Sul, haveria de conduzir à conquista de uma série de estruturas militares, assegurando de novo o domínio da Beira. Os primeiros castelos a serem reconquistados foram os castelos que D. Flâmula doara ao Mosteiro de Guimarães, que foram tomados entre 1055 e 1057. Depois de atingido o Douro, as forças cristãs dirigiram-se a Lamego, que reconquistam definitivamente em 1057. No ano seguinte, em 1058, reconquistam S. Martinho de Mouros, um importante castelo junto do Douro, de que sobrevivem vestígios muito importantes. Finalmente, dirigindo-se para Sul, reconquistaram definitivamente Viseu (1058). A campanha militar incluiu ainda outras estruturas, como é o caso dos castelos de Travanca e de Penalva (hoje Travanca, freg. do conc. de Mangualde, e Castelo de Penalva, freg. do conc. de Penalva do Castelo). A Crónica *Gothorum* relata-nos este momento decisivo:

“... Era MCXVI, IIII^o Calendas Augusti, in die S. Cucufatis, rex Domnus Fernandus cepit civitatem Viseum, post ea Geisam, et S. Martinum de Mauris, et Travanca, et Penalviam, atque cetera castella christianorum vicinatum per annos VIII...” (PMH, Script.: pp. 9-10).

Significativamente, pouco depois, em 1059, o Mosteiro de Guimarães fazia um novo inventário dos seus bens e os castelos de D. Flâmula voltariam a ser referidos entre as suas propriedades, revelando de que Fernando Magno voltou a entregar as fortificações aos monges vimaranenses:

“... Et in extremis ex alia parte Durio castellos id sunt Trancoso, cum suas villas. Longobria. Terrenio. Moraria. Nauman. Vacinada. Pennadedomno. Amendula. Seniorzelli. Alcobria et Caria. Ista penas cum toto sua deuido ...” (PMH, DC 420 = VMH 45).

Neste novo inventário figura pela primeira vez o castelo de *Terrenio* (hoje Terrenho, conc. de Trancoso). Para além destas fortificações e *civitates* reconquistadas definitivamente por Fernando Magno e referidas na *Chronica Gothorum*, o Monge de Silos acrescentaria ainda o castelo de Tarouca, um pouco a Sul de Lamego, e o castro de St^a. Justa, hoje conhecido pelo nome de Marialva (AZEVEDO L. G. 1939: III, p. 3). Este extraordinário momento militar, que se arrastou por 8 anos, anunciou a investida final contra a cidade de Coimbra, que seria tomada em 9 de Julho de 1064 pelas forças leonesas de Fernando Magno: “Era M. C. II^a, VI^o Idus Iulii accepit Fernandus Rex Colimbriam.” (ACMA: p. 27)¹⁶. No rescaldo deste novo avanço da linha de fronteira, as velhas *civitates*, criadas por Afonso III no Séc. IX, entrariam em decadência. Os seus territórios fragmentaram-se em unidades mais pequenas, as *terrae*, confiadas ao governo de *milites*. O território da *civitas* de Anégia serve, uma vez mais, de exemplo: a sua unidade quebrou-se a partir de 1062-1066 e deu origem a seis Terras medievais diferentes. A evolução levaria a que cada um destes territórios, cada *terra*, tivesse um único castelo. É com este modelo territorial que se difunde, entre nós, o castelo românico, que é por excelência o castelo cabeça-de-terra. Com esta nova fase, que arranca a partir dos meados do Séc. XI e ganha maturidade com o virar de centúria, inicia-se a ascensão dos Infanções, que rapidamente se guindam aos mais altos lugares da Nobreza, atingindo o estatuto de Ricos-Homens com o findar da centúria.

Porto, Fevereiro de 1999.

BIBLIOGRAFIA:

A) Fontes Documentais:

ACMA - *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. de António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968

CRÓN. AST. - *Crónicas Asturianas*, ed. de Juan Gil Fernandez, José L. Moralejo, Juan Ruiz de la Peña, Oviedo, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 1985

HYDACE - *Chronique*, ed. de Alain Tranoy, 2 vols., Paris, Les Éditions du Cerf, 1974 (col. Sources Chrésiennes, nº 218)

LF - *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, 3 vols., Ed. de Avelino de Jesus da Costa, Braga, 1965-1978-1990

PEA - *Portugal na Espanha Árabe*, ed. de António Borges Coelho, 4 vols., Lisboa, Seara Nova, 1972-1975 (col. Paralelos, nº. 2 a 5)

¹⁶ A data da reconquista definitiva de Coimbra foi a 9 de Julho de 1064 e não a 10 de Julho, como algumas fontes medievais declaram (VEIGA 1938).

PMH, Script. - *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências, 1856 e ss.
 PMH, DC - *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867 e ss.

VMH - *Vimaranis Monumenta Historica*, ed. Abade de Tagilde, Guimarães, 1929-1931

B) Estudos:

ALARCÃO, Jorge (1998) - "A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal", *Conimbriga*, vol. XXXVII, Coimbra, pp. 89-119

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1966) - "O Documento 13 dos Diplomata et Chartae: Duas considerações", *Lucerna*, vol. 5, Porto, pp. 635-642

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1970) - "Ainda o Documento XIII dos Diplomata et Chartae", *Revista da Faculdade de Letras. História*, 1ª Série, vol. I, Porto, pp. 97-107

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) - *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as Origens a 1220*, diss. complementar de doutoramento, ed. policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; LOPES, Francisco Gaspar de Almeida (1981-82) - "Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel", *Portugalia*, Nova Série, vol. II/III, Porto, 1981-82, pp. 131-139

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1988) - *Arte da Alta Idade Média*, vol. 2 da *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Edições Alfa

ALMEIDA; Carlos Alberto Ferreira de (1989) - "Castelos e Cercas Medievais. Séculos X a XIII", *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Edições Alfa, pp. 38-54

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1992) - "Castelos Medievais do Noroeste de Portugal", *Finis Terrae. Estudos em Lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, pp. 371-385

AZEVEDO, Pedro A. de (1898) - "O Território de Anegia", *O Archeólogo Português*, 1ª Série, vol. 4, Lisboa, pp. 208-215

AZEVEDO, Luís Gonzaga de (1939) - *História de Portugal*, 6 vols., Lisboa, Edições Biblión, 1939

AZEVEDO, Rui de (1973) - "A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas Normandos à Galiza em 1015-1016", *Revista Portuguesa de História*, vol. XIV, Coimbra, pp. 73-93

BALIÑAS PEREZ, Carlos (1995) - "La Casa de Odoario: Una Familia Nobiliar Gallega en los Siglos IX y X", in *Medievo Hispano. Estudios in memoriam del Prof. Derek W. Lomax*, Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales, pp. 35-51

BARRAL y ALTET, Xavier (1976) - *La Circulation des Monnaies Suèves et Visigothiques. Contribution à l'histoire économique du royaume visigoth*, Munchen

BARRAU-DIHIGO, Lucien (1989) - *Historia Política del Reino Asturiano (718-910)*, Gijón, Silverio Cañada Editor (1ª ed., 1921)

BARROCA, Mário Jorge (1990-91) - "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)", *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XXI, Porto, pp. 86-136

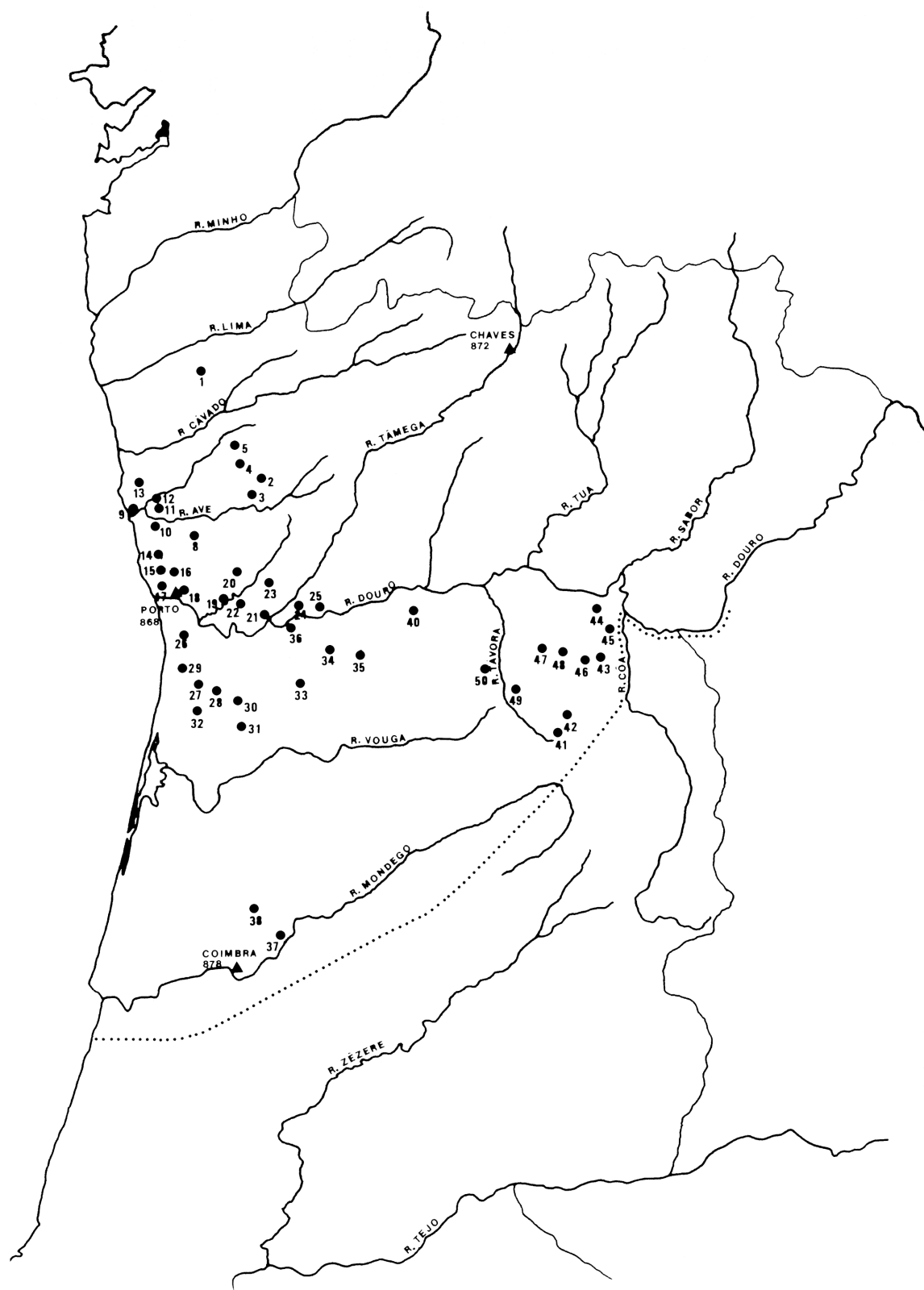
BARROCA, Mário Jorge (1995) - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. de Doutoramento, 3 vols., ed. policopiada, Porto, Faculdade e Letras da Universidade do Porto

BARROCA, Mário Jorge (1996) - "O Castelo de Guimarães", *Patrimonia*, nº 1, Lisboa, pp. 17-28

BARROCA, Mário Jorge (1997) - "Castelos Medievais Portugueses - Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)", in *La Fortaleza Medieval: Realidad y Símbolo*, Actas das Jornadas da XIV Assembleia Geral da Sociedade Espanhola de Estudos Medievais, Alicante, pp. 13-30

- BARROCA, Mário Jorge (1999) - "Arquitectura Militar e Testemunhos Arqueológicos Medievais num espaço de fronteira", in *De Miranda do Douro ao Sabugal - A Formação de uma Fronteira*, Porto, FLUP, 1999 (no prelo)
- BARROS, Henrique da Gama (1954-1945) - *História da Administração Pública em Portugal (Séc. XII a XV)*, 2ª ed., anotada por Torquato de Sousa Soares, 11 vols., Lisboa, Ed. Sá da Costa
- BAZZANA, André (1994) - "Le Début du Château dans l'Espagne Septentrionale", *Château Gaillard - Études de Castellologie Médiévale*, vol. XVI, Caen, Université de Caen, pp. 33-43
- CATARINO, Helena (1997-98) - "O Algarve Oriental durante a Ocupação Islâmica. Povoamento Rural e Recintos Fortificados", *Al-Ulyā*, vol. 6, tomos 1 a 3, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé
- CHAO ESPINA, Henrique (1965) - "Los Normandos en Galicia", *O Instituto*, vol. 126, Coimbra, 1965, pp. 209-264
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1984) - *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, 2ª ed., Lisboa, IN-CM (1ª ed., 1959)
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959) - *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra
- COSTA, Avelino de Jesus da (1990) - "O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga", *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I, Braga, 1990, pp. 407-424
- DGEMN (1937) - *Castelo de Guimarães*, "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais", vol. 8, Porto
- DGEMN (1942) - *Castelo de Lanhoso*, "Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais", vol. 29, Porto
- DOZY, Reinhart (1881) - *Recherches sur l'Histoire et la Littérature de l'Espagne pendant le Moyen Age*, 2 vols., 3ª ed., Paris-Leyde, E. J. Brill
- DOZY, Reinhart (1988) - *Historia de los Musulmanes de España*, 4 vols., Madrid, Ed. Turner
- ESTEPA DIEZ, Carlos (1978) - "La vida urbana en el Norte de la Peninsula Iberica en los Siglos VIII y IX. El significado de los terminos «ciuitates» y «castra»", *Hispania*, vol. 139, Madrid, pp. 257-273
- FITÉ, Francesc (1989) - "Arquitectura Militar y Repoblación en Catalunya (Siglos VIII al XI)", *III Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Actas, vol. I, Ponências, Oviedo, pp. 195-235
- FITÉ, Francesc (1993) - *Arquitectura i Repoblació en la Catalunya dels segles VIII-XI*, Lleida, Universitat de Lleida
- FONTAINE, Jacques (1973) - *L'Art Mozarabe*, Yonne, Zodiaque
- GONÇALVES, António Nogueira (1978) - *Vila da Feira. Castelo - Convento - Misericórdia*, Coimbra, Edições Epartur
- GUTIERREZ GONZÁLEZ, José Avelino (1989) - "Sistemas defensivos y de Repoblación en el Reino de León", *III Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Actas, vol. I, Ponências, Oviedo, pp. 169-191
- GUTIERREZ GONZÁLEZ, José Avelino (1995) - *Fortificaciones y Feudalismo en el origen y formacion del Reino Leones (Siglos IX-XIII)*, diss. de doutoramento, Valladolid, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Valladolid
- LIMA, António M. Carvalho (1993) - *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séc. IX-XII)*, diss. de Mestrado, ed. policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- LOPEZ ALSINA, Fernando (1988) - *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela

- MACHADO, Luís Saavedra (1931) - "Expedições normandas no Ocidente da Hispânia", sep. do *Boletim do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1931
- MATTOSO, José (1981) - *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Ed. Presença
- MATTOSO, José (1992) - *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores
- MERÊA, Paulo; e GIRÃO, Aristides de Amorim (1943) - "Territórios Portugueses do Século XI", *Revista Portuguesa de História*, vol. II, Coimbra, pp. 255-263
- PINA, Luís de (1933) - *O Castelo de Guimarães*, Col. Estudos Nacionais, Vila Nova de Gaia
- SANCHEZ TRUJILLANO, M. T. (1976) - "Las Torres de Covarrubias y Noviercas", *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, vol. LXXXIX, fasc. 3, Madrid, pp. 665-682
- SANTOS JÚNIOR, J. R.; FREITAS, Adérito Medeiros de (1980-85) - "O Castro da Curalha", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 23 (4), Porto, 1980, pp. 393-405; vol. 24 (1), Porto, 1981, pp. 59-100; vol. 24 (2), Porto, 1982, pp. 265-291; vol. 24 (3), Porto, 1983, pp. 453-474; vol. 25 (1), Porto, 1985, pp. 5-29
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1984) - "O Castro da Curalha - Chaves. Vivente na Época Suévia?", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 24 (4), Porto, pp. 683-684
- TEIXEIRA, Carlos (1939) - "Os torques de Lanhoso", sep. de *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, vol. 24, Porto
- TEIXEIRA, Carlos (1940a) - "Notas Arqueológicas sobre o castro de Lanhoso", sep. de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 9, Porto
- TEIXEIRA, Carlos (1940b) - "O Castro de Lanhoso e o seu espólio", *Congresso do Mundo Português*, vol. 1, Lisboa, pp. 517-529
- TEIXEIRA, Ricardo (1996) - *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, diss. de Mestrado, ed. policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa (1938) - "Solução do problema cronológico da segunda reconquista cristã de Coimbra", sep. de *Brotéria*, vol. XXVI, Lisboa



MAPA 1

CASTELOS PORTUGUESES (SÉC. IX-X)

- ▲ - Presúrias de Afonso III (866-910).
- - Castelos documentados até ao Ano 1000.
- ... - Fronteira dos territórios cristãos.

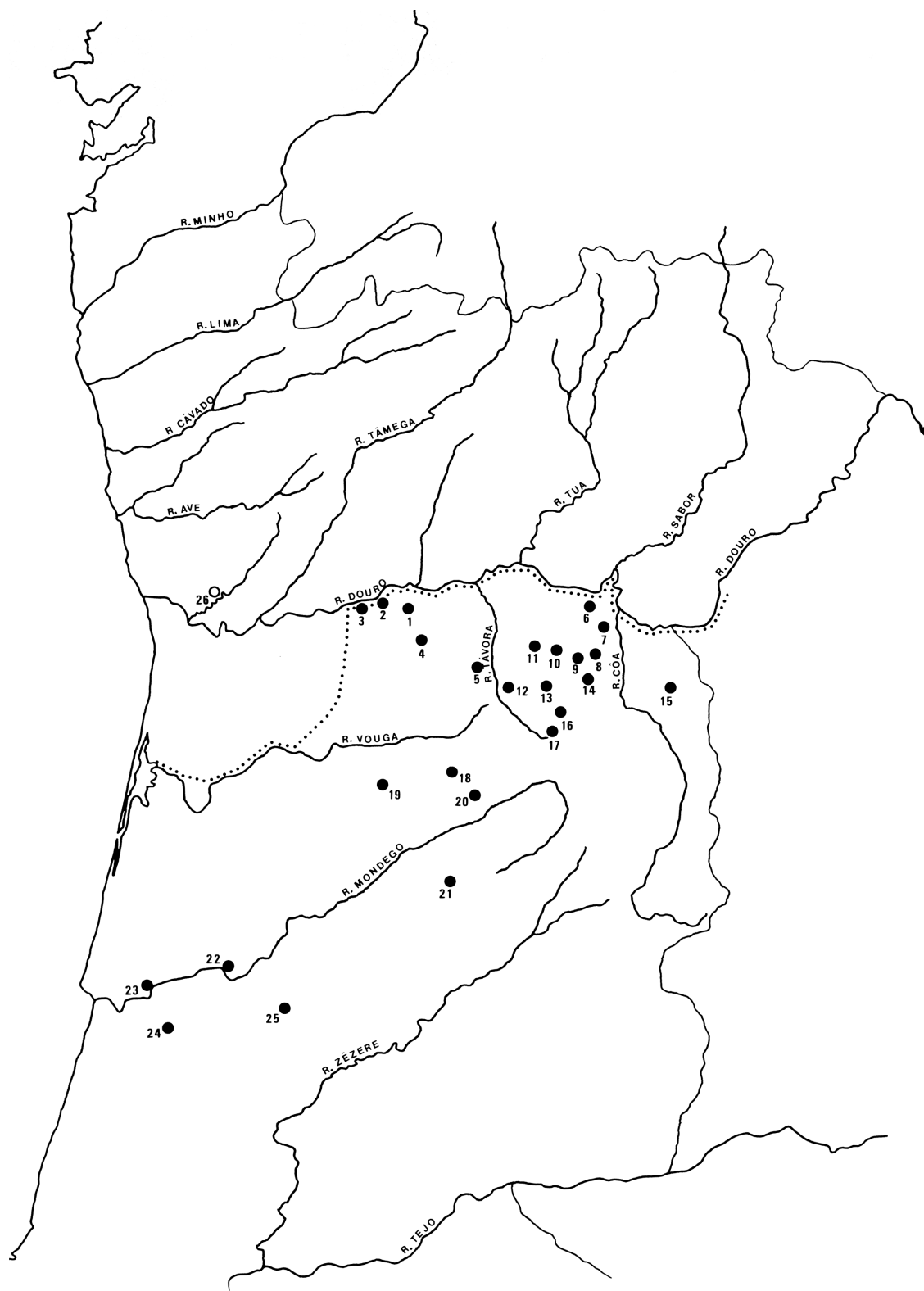


LEGENDA DO MAPA 1:

CASTELOS PORTUGUESES (SÉC. IX-X)

Castelos documentados até ao Ano 1000:

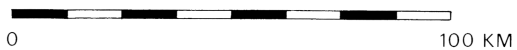
- 1 - Castro Mau (Cerzedelo, Ponte de Lima)
- 2 - Mons Latito (Guimarães, Guimarães)
- 3 - Mons Cavallus (Conde, Guimarães)
- 4 - Mons Autino (Sande, Guimarães)
- 5 - Monte St^a. Marta (Falperra, Braga)
- 6 - Monte Asagie (não cartografado)
- 7 - Alpe Alaria (não cartografado)
- 8 - Civitas Albarelios (Alvarelhos, St^o. Tirso)
- 9 - Castro S. Iohanne (Vila do Conde, Vila do Conde)
- 10 - Castro Bove (Vilarinho, Vila do Conde)
- 11 - Civitas Bogonti (Bagunte, Vila do Conde)
- 12 - Castro Argefonsi (Argifonso, Arcos, Vila do Conde)
- 13 - Monte Terroso (Terroso, Póvoa do Varzim)
- 14 - Mons Custodias (Custóias, Matosinhos)
- 15 - Mons Petras Rubias (Pedras Rubras, Moreira da Maia, Maia)
- 16 - Monte Pedroso (Leça, Matosinhos)
- 17 - Castro Mafamudi (Aldoar, Porto)
- 18 - Monte Gundemari (Gondomar, Gondomar)
- 19 - Castello Aquillar (Aguiar de Sousa, Aguiar de Sousa)
- 20 - Monte Bendoma (Vandoma, Baltar, Paredes)
- 21 - Civitas Anegia (Eja, Entre-os-Rios, Penafiel)
- 22 - Mons Ordines (Ordins, Lagares, Penafiel)
- 23 - Monte Petroselo (Pedroselo, Marecos, Penafiel)
- 24 - Monte Aradrus (Magrelos, Marco de Canaveses)
- 25 - Mons Genestazo (Gestaçô, Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses)
- 26 - Mons Pedroso (Pedroso, Vila Nova de Gaia)
- 27 - Civitas St^a. Maria (Castelo da Feira, Feira)
- 28 - Mons Souto Redondo (Souto Redondo, S. João de Ver, Feira)
- 29 - Mons Sagitella (Saitela, Moselos, Feira)
- 30 - Monte Codale (Codal, Vale de Cambra)
- 31 - Monte Zebrario (Castelões, Vale de Cambra)
- 32 - Castro Rekaredi (Recarei, S. Vicente de Pereira, Ovar)
- 33 - Monte Fuste (Moldes, Arouca)
- 34 - Monte Vargano (Cinfães) (?)
- 35 - Monte Geronzo (Montemuro, Cinfães)
- 36 - Monte Gavano (Castelo de Paiva, Castelo de Paiva) (?)
- 37 - Monte Lauribano (Lorvão, Penacova)
- 38 - Mons Buzaco (Buçaco, Luso, Mealhada)
- 39 - Monte Gabro (Vouga - não cartografado)
- 40 - Castellum Lamego (Lamego, Lamego)
- 41 - Trancoso (Trancoso, Trancoso)
- 42 - Moraria (Moreira de Rei, Trancoso)
- 43 - Longobria (Longroiva, Meda)
- 44 - Nauman (Numão, Vila Nova de Foz Côa)
- 45 - Vacinata (Muxagata, Vila Nova de Foz Côa) (?)
- 46 - Amindula (Meda, Meda)
- 47 - Pena de Dono (Penedono, Penedono)
- 48 - Alcobria (Alcarva, Ranhados, Meda)
- 49 - Seniorzeli (Sernancelhe, Sernancelhe)
- 50 - Caria (Caria, Moimenta da Beira)



MAPA 2

FRONTEIRA NO ANO 1000

- - Castelos na posse muçulmana no ano 1000, depois das Campanhas de al-Mansur.
- Fronteira dos territórios cristãos.

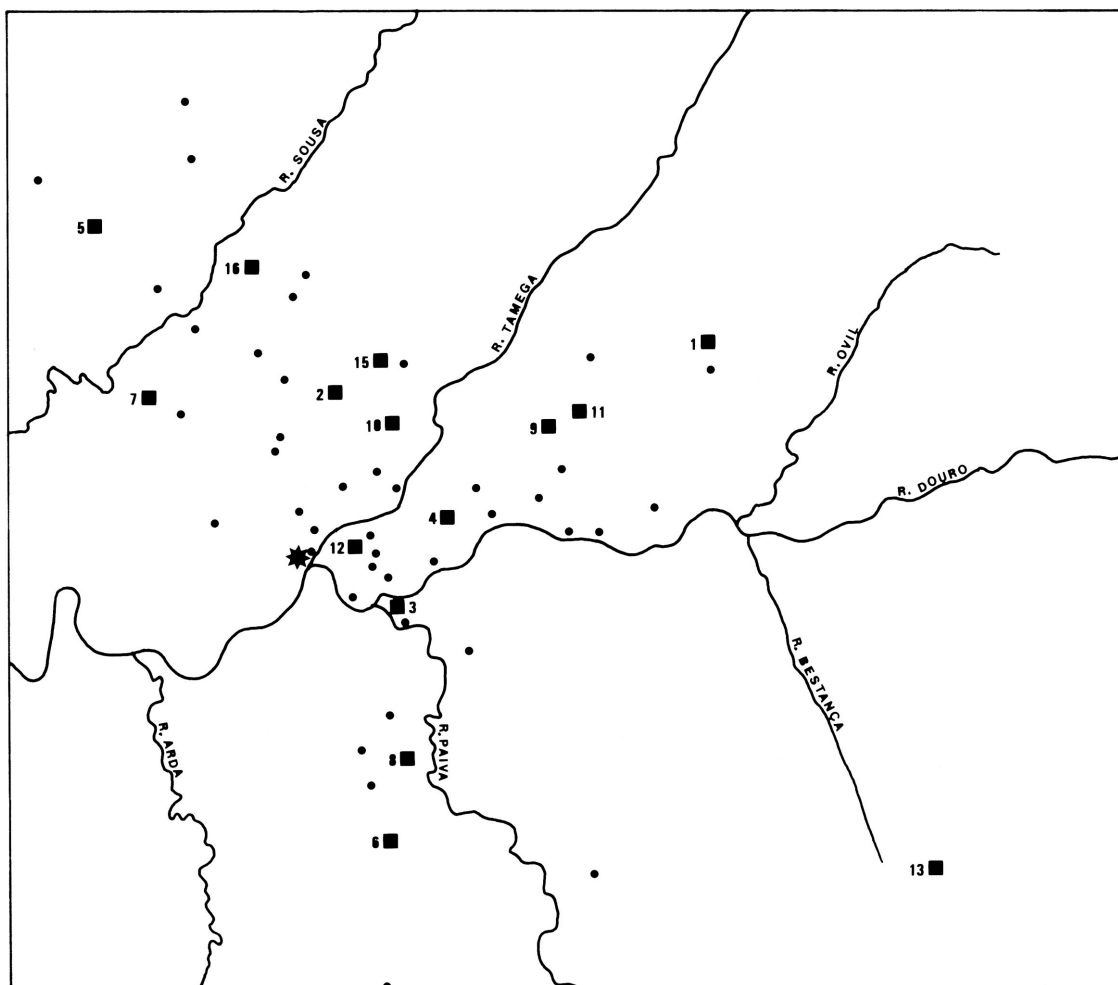


LEGENDA DO MAPA 2:

FRONTEIRA NO ANO 1000

Castelos na posse muçulmana no ano 1000, depois das Campanhas de al-Mansur:

- 1 - Lamego
- 2 - S. Martinho de Mouros
- 3 - Cárquere
- 4 - Tarouca
- 5 - Caria
- 6 - Numão
- 7 - Muxagata
- 8 - Longroiva
- 9 - Meda
- 10 - Alcarva
- 11 - Penedono
- 12 - Sernancelhe
- 13 - Terrenho
- 14 - St^a. Justa (Marialva)
- 15 - Castelo Rodrigo
- 16 - Moreira de Rei
- 17 - Trancoso
- 18 - Castelo de Penalva
- 19 - Viseu
- 20 - Travanca
- 21 - Seia
- 22 - Coimbra
- 23 - Montemor-o-Velho
- 24 - Soure
- 25 - Lousã
- 26 - Aguiar de Sousa



MAPA 3

O TERRITÓRIO DA CIVITAS
DE ANÉGIA

- * - Civitas de Anégia
- - Núcleos de povoamento
- - Castelos documentados no âmbito da Civitas

(adaptado de A.M.C. LIMA 1993)



LEGENDA DO MAPA 3:

O TERRITÓRIO DA CIVITAS DE ANÉGIA

Castelos documentados dentro do âmbito territorial da *Civitas* de Anegia entre 870 e os fins do Séc. XI (por ordem cronológica da 1ª referência):

- 1 - Mons Genestazo (Gestação, Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses)
- 2 - Mons Petroselo (Pedroselo, Marecos, Penafiel)
- 3 - Mons Gavano (Monte d'Arcas, Souselo, Castelo de Paiva)
- 4 - Monte Aradrus (Magrelos, Marco de Canaveses)
- 5 - Monte Bendoma (Vandoma, Baltar, Paredes)
- 6 - Serra Sicca (Stº Adrião, Real, Castelo de Paiva)
- 7 - Mons Ordines (Ordins, Lagares, Penafiel)
- 8 - Mons Gustodias (Real, Castelo de Paiva)
- 9 - Mons Eiras (Montedeiras, Marco de Canaveses)
- 10 - Mons Asperonis (Esporão, Rio de Moinhos, Penafiel)
- 11 - Castro Bove (Castro de Boi, Manhuncelhos, Marco de Canaveses)
- 12 - Mons Laurenti (Moirinte, Torrão, Marco de Canaveses)
- 13 - Monte Geronzo (Montemuro, Cinfães)
- 14 - Castro Malo (Castro Mau, Marco de Canaveses/Amarante)
- 15 - Mons Lebor (Luzim, Peroselo, Penafiel)
- 16 - Mons Salgueirus (Salgueiros, Guilhufe, Penafiel)